

O PAPEL DO BRASIL NA ONU: HISTÓRIA DIPLOMÁTICA E PERSPECTIVAS ATUAIS

Luana Coracini Almeida¹

Clarissa Chagas Sanches Monassa²

RESUMO

177

A atuação internacional de um país é moldada por sua trajetória histórica, estrutura diplomática e capacidade de adaptação às transformações globais. A análise da participação brasileira em organismos multilaterais revela um percurso marcado por protagonismo em conferências internacionais, defesa da paz e busca por maior representatividade. A formação institucional da ONU e os eventos que a antecederam são fundamentais para compreender os limites e possibilidades da política externa brasileira. A estrutura do serviço diplomático e consular, aliada à atuação de figuras históricas, consolidou a imagem do Brasil como mediador confiável. A pesquisa adota abordagem hipotético-dedutiva, com revisão bibliográfica e documental, e destaca a relevância das missões de paz, da diplomacia ambiental e da proposta de reforma do Conselho de Segurança. A trajetória brasileira evidencia o compromisso com o multilateralismo e a construção de uma governança global mais equitativa.

Palavras-Chave: ONU; Brasil; Diplomacia; Conselho de Segurança.

¹Graduanda em Direito pela Instituição de Ensino UNIVEM – Centro Universitário Eurípides de Marília, São Paulo.e-mail coracinialmeidaluana@gmail.com

²Professora Ms. do Curso de Direito da Instituição de Ensino UNIVEM – Centro Universitário Eurípides de Marília, São Paulo.e-mail clarissa@univem.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O projeto nasce com o objetivo inicial entender o funcionamento da ONU, quais foram os atos que a antecederam e a justificarão a necessidade da sua criação, o que a mantém viva até os dias atuais, priorizando entender a participação do Brasil e quais foram suas principais áreas de atuação.

A Organização das Nações Unidas (ONU), foi fundada em 1945, em um contexto que marcava o final da Segunda Guerra Mundial, tendo como seus objetivos principais, manter a paz e segurança, desenvolvimento sustentável e direitos humanos, tornando-se a guardiã universal desses direitos.

O Brasil é um membro fundador, sendo signatário da carta da ONU que oficializou a sua fundação, em setembro do mesmo ano. Posteriormente teve grandes diplomatas que representarão o Brasil maravilhosamente, como Rui Barbosa e Oswald de Aranha. O país é mundialmente reconhecido por missões que buscam a manutenção da paz, combatendo a pobreza, subdesenvolvimento e a desigualdade econômica e social.

Entretanto a participação brasileira não é apenas marcada por êxitos, há também objetivos diplomáticos que não foram atendidos. A maior representação disso é o fato de o país ter sido cogitado a ser membro permanente do Conselho de Segurança, inicialmente com o apoio, ainda que nunca tenha assumido publicamente, do então presidente estadunidense Franklin Roosevelt. Porém, com o passar do tempo, o sonho se tornou cada vez mais distante, apesar das investidas do governo brasileiro, o país teve seu ingresso vetado.

Este estudo é desenvolvido por meio do método hipotético-dedutivo, através dos procedimentos técnicos de revisão e coleta de bibliográficos, documentos e via internet. Para tal pesquisa, usa-se o raciocínio lógico, visando conclusões e deduções de verdades que muitas das vezes se encontram implícitas, por meio de pesquisa exploratória e qualitativa. O método adotado evidencia-se ao demonstrar que a dificuldade em compreender o funcionamento e a estrutura organizacional das Nações Unidas compromete o desenvolvimento da pesquisa. A partir do momento em que se esclareceu a arquitetura institucional da ONU, tornou-se possível compreender, de forma mais precisa, as razões subjacentes a determinados eventos problemáticos, bem como a natureza e os limites da participação do Brasil no cenário internacional.

Neste contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a evolução do

papel desempenhado pelo Brasil no âmbito das Nações Unidas, traçando um panorama histórico de sua atuação diplomática desde os primeiros anos da organização até os dias atuais.

Busca-se compreender, de forma crítica, as contribuições efetivas do país para o sistema multilateral, bem como os desafios estruturais e geopolíticos enfrentados por uma nação em desenvolvimento que almeja ampliar sua representatividade e influência nos principais fóruns de decisão da ONU.

A análise também contempla as oportunidades estratégicas que se abrem para o Brasil diante das transformações no cenário internacional e das demandas por uma governança global mais inclusiva e equitativa.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Da Formação Da Onu, Como Se Estrutura E O Que Representa Na Sociedade Internacional

Preliminarmente faz-se necessário a compreensão de qual a estrutura da ONU, o contexto de sua criação e porque ela foi formada. Quais foram os fatores que contribuíram, tornaram viável a criação da organização e qual foi a participação do Brasil, sua fundamental importância e contribuição para tal feito.

a. CONFERÊNCIA DA PAZ DE HAIA

O grande ponto de partida foi a Segunda Conferência da Paz de Haia, com início em 15 de julho de 1907 e fim em 18 de outubro de 1907. Representando o Brasil estava presente o Barão de Rio Branco Afonso Pena, que no período era Ministro de Relações Exteriores do Brasil, que convidou Rui Barbosa atual Embaixador extraordinário e Plenipotenciário para chefiar a delegação brasileira.

Durante a conferência de Haia, Rui Barbosa, com a ajuda de Rio Branco, tratou de vários assuntos importantes entre eles as normas aplicáveis durante a guerra, o direito marítimo, a doutrina drago e a corte permanente de Haia, sendo essa a pauta mais importante, pois se fosse aprovada, cessaria com qualquer oportunidade do Brasil participar de eventos futuros. Ao final, conseguiu inviabilizar a criação, garantindo a mensagem Brasileira.

Ante a isso, Rui Barbosa foi contemplado com o título de “Águia de Haia”, exemplificando que ele foi um dos grandes pioneiros da diplomacia multilateral do Brasil, sempre buscando a defesa e igualdade entre os Estados e da democratização

das relações internacionais, todo esse feito em outro idioma, falando de maneira tão convincente, que cativou os 44 estados presentes.

Narra esplendidamente a participação do Brasil em Especial de Rui, Albert Geouffre de Lapradelle (1871-1955), professor francês de Direito Internacional, “graças a Rui Barbosa, defensor do direito, o Brasil sai engrandecido, ante o mundo, da Segunda Conferência de Paz”.

b. O Tratado De Versalhes

Presente como país convidado da conferência da Paz de Versalhes em 1919, o Brasil foi representado por Epiácio Pessoa e sua delegação, que possuía forte afinidade cultural com a França, o que de certo modo facilitou a missão brasileira.

A presença como único país sul-americano, foi motivada por dois grandes objetivos ligados à cafeicultura, que à época era a base da economia e da política brasileira, denominada esta como “Café com Leite”, ressaltando a influência oligárquica dos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Ademais, precisamos inicialmente entender o que motivou o país a ingressar na Guerra, mesmo após um grande período de neutralidade. Levando em conta que o Brasil, na época, era um país economicamente dependente da produção e exportação agrícola, borracha, algodão e sobretudo de café.

Além de ter tido seus navios afundados pelos alemães como forte argumento, também havia o risco de perder o alto valor, cerca de 1,8 milhões, usado como garantia de empréstimos internacionais que se encontravam estocados em forma de sacas de café, em portos internacionais como de Hamburgo, tudo isso a seu modo influenciou a entrada na 1ª Guerra Mundial, o país visava além disso garantir espaço nas negociações da paz, em 1917 oficialmente entrou em estado de Guerra.

A participação do Brasil na conferência tinha como motivos norteadores, consequências daqueles que os estimularam a entrar na Guerra, que o encontro marcou como acabado. A missão Brasileira, visava obter indenização pelos navios afundados e recuperar o valor em café que possuía estocado nos portos europeus.

Assim, ficou marcado neste encontro a vitória Brasileira, tendo seus pedidos nesse sentido atendidos, o Tratado de Versalhes não só reconheceu a responsabilidade alemã como também, em seu artigo 263, garantiu o reembolso com juros e câmbio à época do depósito.

Em 1921, o Brasil recebeu o pagamento de parte dos valores, considerando que a devedora era a Alemanha advinda de uma crise econômica, foi um grande marco, que garantiu a vitória diplomática consular brasileira e evidenciou a força da economia cafeeira na política externa.

c. **Liga Das Nações**

Estruturada durante a conferência de Versalhes, idealizada inicialmente pelo então presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, em seu discurso conhecido como dos "Quatorze Pontos", realizado no Congresso americano em 8 de janeiro de 1918. Curiosamente, apesar do presidente ter idealizado a liga, o congresso americano, nunca ratificou o Tratado de Versalhes, não o aprovando, sendo assim, o país nunca chegou a integrar a liga das Nações.

A liga das nações foi oficialmente criada em 1920 como parte do Tratado de Versalhes, que pôs fim à primeira guerra mundial, que deixou como lembrança milhões de mortos e uma Europa devastada. Portanto, o tratado tinha como necessidade urgente a criação de mecanismos de manutenção da paz e buscava a mais acordos formais, mesmo que ainda frágil e idealista visava evitar possíveis novas grandes guerras.

O Brasil, com uma diplomacia respeitada e pacifista, teve papel ativo na criação da Liga e buscou protagonismo internacional, foi um dos membros fundadores e inicialmente ocupou assentos rotativos (não permanentes) no conselho executivo inclusive chegando a presidir reuniões importantes.

Durante o governo Arthur Bernardes, que governou o Brasil sob estado de sítio, marcado pela instabilidade interna e repressão, tendo como representantes diplomáticos: Félix Pacheco como chanceler e Afrânio de Melo Franco como representante na Liga das Nações.

A política externa brasileira, como espelho da interna, tornou-se personalista e descoordenada, com foco única e exclusivamente na conquista de uma cadeira permanente, o que foi o “calcanhar de Aquiles” do país na Liga das nações.

Vislumbrando alcançar patamares nunca alcançados pela política externa brasileira, além de ser de certo modo uma forma de compensar a instabilidade interna que o país vivia, o governo de Bernardes lança uma campanha em busca de obter um assento permanente na Liga das Nações.

A campanha diplomática foi liderada por Afrânio de Mello Franco, usando como base a vaga ociosa deixada pelo EUA ao não participar da liga, argumentou que o continente americano precisava de um representante. Portanto se tornando nesse caso próprio Brasil como melhor opção, por sua posição geográfica, tradição diplomática e participação na guerra como justificativa.

Porém, a candidatura foi percebida como isolada e frágil não apenas pela ausência de apoio explícito das grandes potências, como os Estados Unidos, Reino Unido, Rússia e China, mas também pela resistência de países latino-americanos, que viam a pretensão brasileira com desconfiança ou como uma tentativa de hegemonia regional.

Consequente em 1925, o Pacto de Locarno representou mais uma das tentativas de restabelecer a paz, sobretudo na busca de uma estabilização nas relações internacionais em um tempo de pós Primeira Guerra Mundial, representava um reforço a coletiva de segurança da liga das nações. O pacto visava garantir o reconhecimento das fronteiras e principalmente estabelecer mecanismos de arbitragem e não agressão entre os países signatários, em especial a Alemanha, França e Bélgica.

Em decorrência, a Alemanha foi admitida na Liga das Nações, inclusive essa vista como um gesto simbólico de reconciliação diplomática, sinalizando uma nova esperança para a diplomacia mundial.

No entanto, esse processo não foi tão simples, o Brasil como membro do conselho da liga, vetou a entrada da Alemanha no Conselho em defesa de uma maior representatividade dos países americanos, em especial latino-americanos. Esse gesto brasileiro foi uma forma de pressionar por sua própria inclusão, atitude essa, que gerou forte reação internacional e levou à retirada do país da Liga em 1926.

Ademais, os estudos da época que datam de 1920, que narram sobre a liga, especialmente a participação Brasileira. José Carlos de Macedo Soares, jurista e ex- ministro das Relações Exteriores do Brasil (1932-1933 e 1955-1956), a época uma das opiniões mais severas, chega a atribuir o fiasco a instrumentalização da política externa e à hipertrofia do atual presidente da república, como narra em seu livro, dedicado exclusivamente sobre o tema.

O Brasil não foi o único responsável pelo fracasso da liga das nações, a diplomacia internacional como um todo contribuiu para isso. O fiasco, foi causado por

conta da falsa ideia de que seria possível aplicar um ideal liberal utópico num mundo ainda dominado por práticas aristocráticas e excludentes das potências do século XIX, visando única e exclusivamente interesses nacionais dos membros.

d. Conferência De Dumbarton Oaks

Realizada em Washington D.C., nos Estados Unidos da América e entre agosto e outubro de 1944, foi um marco decisivo na construção da futura Organização das Nações Unidas.

Convocada em meio ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando os Aliados já tinham como certa a vitória sobre o Eixo, foi a tentativa de idealizar uma nova organização internacional voltada à manutenção da paz e da segurança coletiva. Participaram das negociações representantes das potências vitoriosas, EUA, Reino Unido, União Soviética e posteriormente adicionaram a França como membro fundador.

O Brasil, apesar de sua participação significativa na guerra, nunca sequer chegou a ser cogitado para participar das negociações nesse momento, o que gerou grande revolta pelos diplomáticos do país, escancarando os limites da política externa brasileira.

Cientes do fracasso da Liga das Nações, o projeto discutido em Oaks visava de certo modo corrigir as limitações enfrentadas e dessa vez conseguir construir uma organização mais robusta, que conseguisse lidar com os conflitos utilizando de mecanismos eficazes de ação e com real poder de intervenção. Para qual, o projeto mãe da ONU foi especialmente concebido com base na segurança coletiva robusta, liderado sob mãos firmes de um núcleo específico, restrito às potências militares.

Um dos pontos mais controversos da conferência foi a definição e idealização do que posteriormente viria a ser o poder de veto, tensões entre o EUA e a URSS sobre o alcance necessário a esse poder, já nos davam indícios da futura Guerra Fria. A Conferência de Dumbarton Oaks foi a base institucional da ONU, onde a ideia surgiu e foi desenvolvida, levando à criação oficial da organização na Conferência de São Francisco em 1945.

e. A Efetiva Fundação Da Onu Na Conferência De São Francisco

Realizada entre 25 de abril e 26 de julho de 1945, contou com a presença de

mais de 50 países em um contexto que findava a Segunda Guerra Mundial, o encontro teve como objetivo redigir e aprovar a Carta das Nações Unidas, que é o documento que deu vida ao que conhecemos hoje como a ONU – Organização das Nações Unidas.

A reverenda Organização tem como órgãos principais a assembleia geral, o conselho de segurança, o conselho econômico e social, a corte internacional de justiça e o Secretariado.

A Assembleia Geral é o principal fórum de inclusão, onde os interesses coletivos dos estados membros têm o mesmo peso, todos têm voz. No entanto suas resoluções não possuem caráter vinculativo o que as torna meramente deliberações meramente opcionais.

O Conselho de Segurança tem como atribuição a manutenção da paz e da segurança internacional. Com o famoso poder de veto, reservado aos membros permanentes - Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido e França - além de outros 10 membros rotativos que são convidados.

Ele é o órgão que pode tomar a decisão por todos, sendo elas obrigatórias para os estados signatários. Podem ser elas de caráter econômico por meio de sanções ou de autorização de missões que buscam restaurar a paz a autorizar o uso de força militar.

Ademais, o poder de veto é o “poder” mais controverso presente neste conselho, ele permite que os membros permanentes, atentamente os de maior poder bélico, podem com o simples veto “barrar” quaisquer decisões por si só, independente da aprovação de outros membros ou de maioria absoluta. É um poder autoritário.

O Conselho econômico e social, como o próprio nome já indica, é o responsável por coordenar as atividades voltadas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental. Ademais é o responsável por supervisionar o trabalho das agências especializadas como por exemplo, a OMS (organização mundial da saúde) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) A corte internacional de Justiça é o órgão judiciário da ONU, sediado em Haia, na Holanda. Responsável por dirimir disputas legais que influenciam os Estados como um todo, sendo um modelo, questões de fronteira. Também emite pareceres jurídicos para a organização, sendo suas decisões de caráter obrigatório aos pais signatários. Ressalta-se, que a corte judicial da organização não é responsável por julgar

indivíduos, decide apenas sobre os Estados.

Por fim, o Secretariado é nada mais que o órgão incumbido pela administração da organização, gere os referidos órgãos da estrutura.

2.2 Serviço Diplomático Consular E O Brasil No Contexto Da Diplomacia Dentro Da Onu

O serviço diplomático consular brasileiro é uma das instituições mais antigas e respeitadas no cenário internacional, tem desempenhado um papel significativo, deixando seu legado em pautas da ordem internacional baseando-se na cooperação, defesa dos direitos humanos e busca pela paz universal.

Datado inicialmente desde o século XIX, o Brasil tem desempenhado um papel relevante, tradicional e consolidado por figuras históricas como Rui Barbosa, Oswaldo Aranha, Barão do Rio Branco e Sérgio Vieira de Mello.

2.3 Estrutura Do Serviço Diplomático E Consular

O Brasil como atuante no cenário internacional, detém de uma estrutura devidamente adaptada ao que lhe é pretendido, complexa e estratégica a fim de que seus serviços diplomáticos e consulares, sejam conduzidos de maneira à promoção dos interesses nacionais e a proteção dos cidadãos brasileiros no exterior.

Embora atuem em um bem comum, o serviço diplomático e consular possuem atribuições distintas. O serviço diplomático brasileiro é formado por diplomatas que representam o país em suas relações políticas, econômicas e culturais com outras nações, em eventos e congressos, além de serem os representantes em organismos internacionais, sendo um exemplo deles a ONU. Já o serviço consular é responsável por prestar assistência a cidadãos brasileiros no exterior, ele trabalha nos consulados, que são a representação do país, naquele estado estrangeiro, tem como parte de sua função a emissão de documentos e promover o bem-estar da comunidade brasileira fora do país.

O governo brasileiro, investe na formação dos diplomatas, tendo uma “escola” de diplomatas, dedicado a essa função, o Instituto Rio Branco, fundado em 1945 é considerado um dos centros de excelência na formação diplomática no mundo.

O ingresso nessa escola tão bem-vista, se dá por meio de concurso público o CACD – Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, altamente concorrido,

exigindo domínio de ao menos três línguas estrangeiras e ser formado em curso superior como alguns de seus pré-requisitos.

A rede consular brasileira é ampla e estratégica, composta por cerca de 190 consulares distribuídas por todos os continentes, representadas com embaixadas, consulados-gerais, consulados e vice-consulados. Essa estrutura permite ao Brasil manter uma presença global presente além de dar a devida assistência e serviços essenciais aos brasileiros que residem no exterior, que estima serem mais de 4,4 milhões. (Reis, 2011, p. 47-69)

Consequente, conclui-se que um complementa o outro, a atuação conjunta dos serviços diplomáticos e consulares brasileiros é imprescindível para a projeção internacional do país e a proteção dos cidadãos lá residem.

2.4 Figuras Históricas Que Representaram A Diplomacia Brasileira

A diplomacia brasileira é amplamente marcada por personalidades fortíssimas que contribuíram, cada qual a seu modo, deixando uma verdadeira herança diplomática para o país.

O Barão do Rio Branco, reconhecido como o patrono da diplomacia brasileira, foi responsável pela definição pacífica das fronteiras nacionais, atuou como Ministro das Relações Exteriores entre 1902 e 1912, consolidou a tradição brasileira de resolver conflitos por meio da negociação e da arbitragem. De acordo com Almeida e Araújo (2013, p. 667), “Rio Branco estabeleceu os fundamentos da diplomacia brasileira moderna, baseada na legalidade, na paz e na soberania”.

Rui Barbosa, já conhecido anteriormente nessa pesquisa, dispensa apresentações formais, foi mundialmente conhecido como o “Águia de Haia”, ao representar o Brasil na Segunda Conferência de Paz, que ocorreu em 1907 em Haia. Sua atuação em defesa da igualdade jurídica entre as nações e o respeito ao direito internacional, sua participação projetou o Brasil como defensor da paz e da justiça global, produzindo frutos até hoje para a diplomacia brasileira, grande exemplo disso é o fato do instituto brasileiro responsável para o treinamento e formação dos novos diplomatas ter seu nome.

Oswaldo Aranha foi o nome mais marcante que representou o Brasil no século XX. Ele atuou na política externa com foco na prática, sempre buscando

independência nas decisões e compromisso com os valores democráticos.

Como chanceler entre 1938 e 1944, liderou o alinhamento estratégico com os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, sem renunciar à soberania nacional (Almeida; Araújo, 2013, p. 667–668).

Foi ministro das Relações Exteriores e presidente da primeira sessão da Assembleia Geral da ONU em 1947, teve um papel decisivo na aprovação da resolução 181, que estabeleceu a criação do Estado de Israel. Teve reconhecimento internacional, sendo indicado ao prêmio Nobel da Paz. Ademais, defendeu contrariando a posição oficial do governo brasileiro o ingresso da China na ONU e que fosse reatar as relações com a antiga União Soviética, fundamentando-se na posição geopolítica estratégica e na economia (Gomes, 2016, p. 188).

A atuação de Oswaldo Aranha na diplomacia foi marcada por sua habilidade em lidar com temas difíceis, os mais delicados e complexos, o que o ajudou a mostrar o Brasil como um país confiável e capaz de mediar conflitos internacionais.

Sérgio Vieira de Mello, atuou mais recentemente, foi um diplomata de carreira, operou cerca de 30 anos representando o Brasil na ONU em missões humanitárias como a de Camboja, realizada pela ACNUR (Agência da ONU para Refugiados). Chegou ao Alto Comissariado para os Direitos Humanos e faleceu em atentado em Bagdá, em 2003.

Celso Amorim, o último representante que considero marcante do Brasil foi ministro das Relações Exteriores nos governos Itamar Franco, Lula e Dilma Rousseff.

Amorim foi um dos principais articuladores da diplomacia Sul-Sul, além de autor de artigos e livros que fundamentaram esta pesquisa. Seu conhecimento profundo sobre política internacional é admirável e inspirador para quem o estuda. Durante sua trajetória, defendeu a reforma do Conselho de Segurança da ONU, a integração regional e uma política externa ativa e altiva, sempre buscando ampliar o protagonismo do Brasil no cenário global.

2.5 O Brasil Na Onu

Desde a criação da ONU em 1945, o Brasil tem atuado de forma ativa e relevante. O país é tradicionalmente o primeiro a discursar na abertura da Assembleia Geral, um gesto simbólico que demonstra seu compromisso com a cooperação internacional e o diálogo entre as nações.

A atuação brasileira nas agências especializadas da ONU, como a UNESCO (educação e cultura), FAO (alimentação e agricultura), OMS (saúde), ONU Mulheres (igualdade de gênero) e PNUD (desenvolvimento), evidencia não só o engajamento do país em pautas estruturantes da agenda global como também o interesse do país em um mundo melhor para todos os brasileiros e brasileiras.

Em todas essas frentes, o Brasil tem buscado implementar políticas inclusivas e solidárias, alinhadas aos princípios da Carta das Nações Unidas e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No que diz respeito à segurança internacional, o Brasil participou de inúmeras operações de paz dentro da ONU, sendo destaque na liderança da Missão no Haiti, MINUSTAH, que será devidamente explicada em um tópico posterior. Como um todo, a atuação brasileira nesse tipo de missão é marcada como uma que mantém o respeito aos direitos humanos e sempre em busca da promoção da estabilidade democrática.

Além do mais, o Brasil tem se destacado nas negociações ambientais internacionais, tem se mostrado um grande defensor do desenvolvimento sustentável, em busca da justiça climática e visando a preservação da Amazônia como patrimônio da humanidade.

No âmbito da diplomacia humanitária, o Brasil tem adotado uma postura solidária em diversas crises internacionais, oferecendo ajuda humanitária, acolhimento de refugiados e cooperação técnica. Essa atuação, especialmente em países africanos, latino-americanos e asiáticos, em especial aos países de língua portuguesa, reforça sua imagem como parceiro confiável e comprometido com o desenvolvimento global.

A busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU ainda é uma das principais estratégias da política externa brasileira. Agora de forma mais sucinta vem garantindo seu espaço na política internacional, como membro do G4, juntamente com Alemanha, Japão e Índia, defende uma nova reforma que amplie o número de cadeiras de membros não permanentes e por conseguinte também amplie a quantidade de membros permanentes.

A proposta do G4, busca que a possível inversão de novos membros fundamenta-se em critérios mais representativos e democráticos, a fim de não privilegiar ninguém. O Brasil se considera um bom candidato baseando-se em suas

participações em missões de paz, seu compromisso com o direito internacional e sua liderança regional (BRÍGIDO, 2010).

A atual composição do Conselho de Segurança reflete o cenário geopolítico antigo, com regras criadas em 1945, que narrava as necessidades de um mundo pós- guerra, o que não é cenário que enfrentamos nos dias de hoje, em pleno século XXI. Denota-se a discrepância estrutural pela quantidade de Estados-membros, em 1945 eram 51, nos dias de hoje chegam a 193, tudo isso sem que houvesse uma atualização substancial na estrutura do conselho de segurança da ONU. Essa desproporção compromete a representatividade e a legitimidade das decisões tomadas, especialmente em temas sensíveis como intervenções militares, sanções econômicas e autorizações para uso da força.

O Brasil argumenta que a inclusão de novas potências regionais contribuiria para a eficácia e a legitimidade das decisões do Conselho. A ampliação do número de membros permanentes permitiria uma distribuição mais equitativa do poder decisório, contemplando diferentes regiões e perspectivas. Além disso, o Brasil defende que os novos membros permanentes não tenham direito a veto, evitando a reprodução das assimetrias que historicamente paralisaram o Conselho, como ocorreu durante a Guerra Fria (Brígido, 2010).

Uma grande preocupação do país é de que as grandes potências, como os Estados Unidos, usem essas operações para imposição indevida de políticas unilaterais. Essas operações puderam ser vistas durante a Guerra Fria, na qual os países participantes do conselho de segurança com o poder de veto, nesse caso, Estados Unidos e União Soviética, usavam esse poder frequentemente em benefício próprio, que acabava por limitar o Conselho.

Apesar da solidez dos argumentos brasileiros, a proposta de reforma do Conselho de Segurança enfrenta resistência. Países do grupo Unidos pelo Consenso, como Itália, México, Paquistão e Coreia do Sul, rejeitam a ampliação de membros permanentes, alegando riscos à governabilidade e ao equilíbrio de poder. Eles defendem apenas o aumento das cadeiras não permanentes, visando maior rotatividade. Diante da falta de consenso, a reforma estrutural não avançou. Ainda assim, o Brasil segue propondo melhorias nos métodos de trabalho do Conselho, como mais transparência, inclusão de países diretamente afetados pelas decisões e maior articulação com a Assembleia Geral, buscando tornar o processo decisório mais

democrático (Brígido, 2010).

2.6 Principais Eventos Onde O Brasil Exerceu O Papel Fundamental

Esta seção apresenta os principais momentos em que o Brasil exerceu papel fundamental na política internacional, revelando sua vocação histórica para o multilateralismo, a mediação de conflitos e a promoção da paz. A análise desses eventos permite compreender como o país construiu sua reputação diplomática e quais foram os desafios enfrentados ao buscar maior protagonismo global.

190

2.6.1 Participações Históricas

Ao longo de sua trajetória histórica, o Brasil consolidou-se como grande precursor da paz, concebendo uma reputação singular no cenário internacional, visto como um agente diplomático comprometido com o diálogo e o multilateralismo.

Essa trajetória revela não apenas estratégias diplomáticas e interesses econômicos, mas também um conjunto persistente de crenças e ideias que moldaram a política externa brasileira, o que alguns autores chamam de “acervo diplomático permanente”.

Desde o século XIX, o Brasil tem construído uma sólida reputação como mediador internacional. A atuação pioneira do Barão do Rio Branco na definição pacífica das fronteiras nacionais estabeleceu as bases de uma diplomacia caracterizada pelo equilíbrio e pela capacidade de resolver conflitos por meio do diálogo. Essa tradição diplomática se tornou uma marca distintiva da política externa brasileira.

Os valores que norteiam a diplomacia brasileira - moderação, construção de consenso e respeito à soberania dos povos - têm sido fundamentais em diversos momentos cruciais da geopolítica mundial. O país participou ativamente da Conferência de Paz de Paris após a Primeira Guerra Mundial e foi membro fundador tanto da Liga das Nações quanto da Organização das Nações Unidas, demonstrando seu compromisso histórico com o multilateralismo (Amorim, 2009).

2.6.2 A Busca Pelo Assento Permanente

Inicialmente, durante a criação da Organização das Nações Unidas, em 1945,

em meio às negociações que definiram a estrutura que a nova organização teria, surgiu a remota possibilidade de o Brasil emergisse como um dos membros permanentes no conselho de segurança.

O artigo de Eugênio V. Garcia, “De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945”, oferece uma análise minuciosa desse episódio, com base em documentos oficiais, memorandos diplomáticos e registros das conferências de Dumbarton Oaks e São Francisco. Segundo o autor, a proposta partiu do próprio presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, que via o Brasil como um “bom vizinho” e aliado confiável na América Latina, especialmente em contraste com a postura ambígua da Argentina durante o conflito (Garcia, 2011, p. 160–161)

De certo modo os Estados Unidos já seriam o representante da América, porém a América Latina não tinha representante com uma cadeira permanente no conselho, o que poderia se tornar útil para Washington. Aos olhos de Roosevelt e de alguns membros da delegação americana, o Brasil seria o “bom vizinho”, que, se fosse necessária essa escolha, seria o mais indicado, tanto pelo seu bom posicionamento geográfico, o apoio dado na Guerra e pela genuína simpatia do Presidente ao país (Garcia, 2011, p. 160–161).

Na época, o Brasil estava sendo governado pelo denominado Estado Novo, regime ditatorial imposto ao país. O que se contrapunha à guerra que o mundo enfrentava contra o nazifascismo (apesar do Estado brasileiro se parecer muito mais com esse regime), o Brasil lutou ao lado dos Aliados, do próprio EUA, contra esse regime, representando um apoio vital.

Em 24 de agosto de 1944, durante uma reunião chegou a ser discutida a possibilidade do ingresso do Brasil e da França como membros permanentes do conselho de segurança. Entretanto os então já membros permanentes não viram isso com bons olhos.

Para os britânicos, não havia uma objeção específica, mas o simples fato de criar mais um assento “mexeria no vespeiro”, seria uma luta aos olhos deles desnecessária, levando em conta que o globo já estaria coberto e sem necessidade de um novo membro.

Para os soviéticos, o Brasil representaria apenas mais um aliado para os Estados Unidos, diminuindo cada vez mais o poder da URSS e o aumento

considerável de membros no conselho, já que os membros convidados tinham que ser maioria. A delegação soviética era favorável a limitar os membros permanentes às quatro potências (China incluída) e à França, que foi incluída posteriormente, fechando nos cinco membros. Os Estados Unidos, diante da resposta negativa, logo tomaram a atitude de retirar a proposta (Garcia, 2011, p. 164–166).

O governo brasileiro recebeu um memorando norte-americano narrando o que havia acontecido nessa reunião, deixando claro ao atual presidente Getúlio Vargas, que não conseguiriam exceto na empreitada. Ciente disso, e em busca de contornar a situação, Vargas instituiu uma comissão para estudar o projeto. No entanto, essa comissão não julgou uma boa ideia de que o país assumisse o posto permanente no conselho, tendo em vista as responsabilidades que o país não conseguiria arcar, além da possível desonra com a rejeição da proposta.

Sem o apoio da URSS ou da Grã-Bretanha, a vitória era vista como impossível. O assunto, então, foi dado por liquidado por Washington. Já o Brasil não tinha um consenso sobre o que era viável fazer: um lado tinha restrições sobre a participação, evitando assim um possível vexame; já o outro acreditava que o Brasil deveria ser reconhecido pela sua contribuição na Guerra, a grandeza de seu território, população e sua posição estratégica na América do Sul (Garcia, 2011, p. 169–170).

Posteriormente, na Conferência de São Francisco, Leão Velloso, à época ministro das relações exteriores do Brasil, que neste momento foi o chefe da delegação brasileira, abordou a questão, obteve diversas respostas e promessas positivas, todas em vão, visto que nenhuma foi cumprida.

Apesar das diversas investidas brasileiras, já estava decidido: era impossível atender à reivindicação do Brasil. Com isso, para que fosse evitada a derrota, os delegados brasileiros retiraram a proposta, impedindo que ela sequer fosse votada (Garcia, 2011, p. 173–174).

A tentativa do Brasil de conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, embora sem sucesso, evidenciou o reconhecimento internacional de sua relevância estratégica e, ao mesmo tempo, revelou as desigualdades de poder no sistema multilateral. Mais do que prestígio, o país buscava representar os interesses do Sul Global em um dos principais fóruns de decisão da política mundial. Esse objetivo se sustenta em sua atuação constante em missões de paz e na defesa de soluções negociadas para conflitos, reforçando a imagem do Brasil como mediador

confiável e defensor de uma governança global mais equilibrada.

2.7 Atuação Em Missões Em Busca Da Manutenção Da Paz

O protagonismo brasileiro em missões de paz também merece destaque, especialmente sua atuação em países como o Haiti. Seu papel, não se limitou a ajuda militar, contou também com o apoio nos pós crise, a diplomacia solidária, com o envio de recursos para a reconstrução do país, por exemplo. Esse trabalho possibilitou a influência, liderança regional, o que trouxe uma grande expressão militar, que pode ajudar o Brasil futuramente.

O aumento contínuo da participação do Brasil em Operações de Paz ao longo dos anos mostra um maior comprometimento do governo brasileiro com as missões das Nações Unidas, além de indicar um crescimento na influência do país em questões de segurança e defesa global.

Para a ONU, a manutenção da paz é um instrumento que busca ajudar os países afetados por conflitos a criarem condições de paz. O Brasil tem tido preferência por uma abordagem mais humana, evitando o uso de força, baseada nas relações diplomáticas e acredita que a prioridade deve ser as causas primárias: pobreza, subdesenvolvimento e desigualdade econômica e social.

Como uma possível alternativa, o Brasil em busca de certo prestígio internacional, participou de cinco operações em Timor Leste desde 1999, e contribui para a estabilização do Haiti desde 2004.

No caso do Timor Leste, o Brasil buscando novos laços econômicos e políticos fora do hemisfério norte, viu uma oportunidade de demonstrar sua expansão política e econômica para o sul global. A operação tinha o intuito inicial de findar a luta pelo fim da ocupação na Indonésia (que havia se tornado violenta) e de prestar assistência ao Timor Leste até que o governo timorense fosse integralmente estruturado, o que aconteceu dois anos depois. O Brasil participou com pouquíssima ajuda militar, mas fez o papel de árbitro, o que o permitiu ajudar (mesmo depois do fim da missão) no desenvolvimento e na educação.

Já no caso Haitiano, denominado Minustah, o Brasil liderou a operação, em resposta ao caos vivenciado no Haiti. Tendo como objetivo restaurar a ordem, por meio de assistência a polícia e guarda costeira, ajudar no desarmamento, proteger os civis e principalmente restaurar e manter o Estado de Direito. Essa missão, legitimou

o sentimento da diplomacia brasileira por um assento permanente no Conselho de Segurança, representando a América Latina.

2.8 Diplomacia Contemporânea

Durante a ditadura militar, os líderes brasileiros se recusaram a participar de organizações internacionais, o que deixou o país “por fora” durante mais de vinte anos. Após o retorno da democracia, os líderes adotaram uma política de “autonomia por meio da integração”, oriundas de organizações multilaterais, buscando uma maior competitividade econômica, acesso a mercados globais e melhora nas suas capacidades de defesa.

Mais recentemente, o Brasil buscou reafirmar sua vocação diplomática através de iniciativas de mediação na guerra da Ucrânia e liderou esforços humanitários durante sua presidência rotativa no Conselho de Segurança da ONU, em meio à crise no Oriente Médio (Amorim, 2023).

Ademais, outra linha de atuação bem interpretada pelo Brasil, são os temas ambientais, que tem consolidado a sua política externa desde o final do século XX. Articulando temas como o desenvolvimento sustentável, tendo como um reflexo contundente ter sido o país sede da conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, que marcou a entrada do país nas negociações ambientais.

Segundo Celso Lafer, então ministro das Relações Exteriores, “foi o auge da diplomacia brasileira e do otimismo sobre o potencial do país”. A conferência também conhecida como Cúpula da Terra, reuniu mais de 180 chefes de estados, redigiu documentos como a Agenda 21, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

Desde então o Brasil tem desempenhado um papel extremamente ativo nessa área, participando assiduamente nas COPs (Conferências das Partes) da UNFCCC. Comprovando o seu empenho, sediará agora em 2025, a COP30 em Belém, no coração da Amazônia, a conferência será marco simbólico e estratégico, ainda mais levando em consideração a urgência climática não só no mundo como no próprio país.

Mesmo sem ter o poder militar ou econômico das grandes potências, o Brasil se destaca por sua postura neutra e pela diversidade cultural. Essas características fazem com que o país seja visto como um mediador confiável em diferentes partes do

mundo. Com isso, o Brasil consegue atuar com uma diplomacia voltada para o diálogo, usando sua influência de forma pacífica e buscando acordos em vez de conflitos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa, foi possível verificar que o Brasil desempenhou e vem desempenhando um papel ativo na busca incessante por direitos humanos, paz mundial e, mais recentemente, das questões climáticas.

O país historicamente, busca por uma representatividade maior dentro da ONU, em especial no conselho de segurança. Inicialmente durante a idealização da organização buscou um assento permanente no conselho, porém teve sua investida negada desde os primórdios. Posteriormente, agora ao lado dos países do G4, buscou novamente a inserção no referido conselho tendo suas tentativas infrutíferas. Vale ressaltar que a estratégia brasileira de certo modo vem evoluindo com o passar dos anos, antes em sua primeira tentativa mostrava a busca por um poder próprio maior, já em sua última investida, percebe-se que a busca pela representatividade agora pode ser vista como uma forma de defesa dos hipossuficientes, quadro em que se encaixa, ao comparar-se com as grandes potências.

Além disso, o Brasil intensifica sua atuação como articulador global, em busca de promover soluções pacíficas por meio do diálogo e não de guerras. Sua participação não é medida pela iminente força bélica, mas sim, pela capacidade de dirimir conflitos dialogando, sempre pensando no bem geral de todos. Tornando suas atuações sobretudo em operações de manutenção da paz e na proteção do meio ambiente, que é o nosso maior bem, sendo uma grande inspiração aos demais.

O país enfrentou situações que deixaram seu nome da história diplomática, ressalta-se os seus representantes, que a frente de seu tempo como Rui Barbosa e o “Águia de Haia”, mostraram que não se é preciso tratar o mundo como se ele fosse mal, é possível dirimir os conflitos com a escuta e o diálogo. Seus sucessores mantiveram a premissa, melhorando-a de forma a terem suas vozes auscultadas, e suas ideias acatadas, escrevendo com suas palavras a história diplomática desse país.

Portanto, conclui-se com este artigo que a diplomacia brasileira é uma constante evolução, e se faz necessário garantir um conhecimento do passado para que o futuro seja mais bem aproveitado.

4 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de; ARAÚJO, João Hermes Pereira de. Oswaldo Aranha: na continuidade do estadismo de Rio Branco. In: PIMENTEL, José Vicente (org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750–1964)*. Brasília: FUNAG, 2013. v. 3, p. 667–711.
- AMORIM, Celso. *A diplomacia multilateral do Brasil: um tributo a Rui Barbosa*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2007.
- AMORIM, Celso. *Diplomacia e reconstrução da paz: o papel do Brasil no Conselho de Segurança*. Brasília: IPRI/FUNAG, 2023.
- BRACEY, Djuan. O Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU: os casos do Timor Leste e Haiti. *Contexto Internacional*, v. 33, p. 315–331, 2011.
- BRÍGIDO, Eveline Vieira. *O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU: estratégias da diplomacia brasileira para a obtenção de um assento permanente*. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- COPELAND, Lewis (coord.). *The World's Great Speeches*. 2. ed. Nova York: Dover, 1958.
- DE OLIVEIRA RODRIGUES, Anselmo; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. O papel do Brasil na evolução das Operações de Paz. *Carta Internacional*, v. 12, n. 3, p. 77–103, 2017.
- GARCIA, Eugênio Vargas. De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 54, p. 159–177, 2011.
- GOMES, Daniel Costa. Oswaldo Aranha: prática e pensamento diplomático entre 1945 e 1960. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 59, n. 1, p. 183–200, 2016.
- LACERDA, Virgínia Côrtes de; REAL, Regina Monteiro. *Rui Barbosa em Haia*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1957.
- NOGUEIRA, Rubem. Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa. *Revista de Informação Legislativa*, v. 28, n. 110, p. 331–338.
- OLIVEIRA, Adna Gomes. *O Itamaraty, o corpo diplomático e a ONU no início da Guerra Fria: a atuação brasileira entre 1947 a 1956*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, p. 55–69, 2005.
- ONU BRASIL. Discurso de Celso Amorim na Assembleia Geral da ONU. Nova York: ONU, 2010. REIS, Rossana Rocha. A política do Brasil para as migrações internacionais. *Contexto internacional*, v. 33, p. 47–69, 2011.
- REZENDE, Lucas Pereira. *O engajamento do Brasil nas operações de paz da ONU: análise dos efetivos enviados e recomendações para o fortalecimento da inserção internacional brasileira*. Curitiba: Appris, 2012.
- ZECA, Bruno Guimarães; SILVA, André Luiz Reis da. Da resistência à necessária aceitação: a vinculação de temas ambientais nas relações internacionais do Brasil e o papel da Rio-92. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/5b27987a-0515-4958-afe2-04de9521ae5d/content>. Acesso em: 09 ago. 2025.

ZIMMERMANN, Augusto. Rui Barbosa, o “águia de Haia”: um breve estudo em homenagem ao centenário de sua participação na segunda Conferência de Paz de Haia. Revista Achegas, [s.l.], n. 33, 2007.